

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Instituto de Ciências Agrárias**  
**Curso de Bacharelado em Administração**

Oliveira Márcio Marques

**PRIMÓRDIOS DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL PÓS-SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL**

Montes Claros  
2023

Oliveira Márcio Marques

**PRIMÓRDIOS DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL PÓS-SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso II  
apresentado ao curso de Administração da  
Universidade Federal de Minas Gerais –  
*Campus* Regional Montes Claros, como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Hélder dos Anjos  
Augusto

Montes Claros  
2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Instituto de Ciências Agrárias**

**Curso de Graduação em Administração**

**PRIMÓRDIOS DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL PÓS-SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL**

Oliveira Márcio Marques

Trabalho de Conclusão de Curso II aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos membros:

---

Profa. Dra. Ana Paula Gomes de Melo

---

Me. Luciano Vieira Lima

---

Prof. Dr. Hélder dos Anjos Augusto - Orientador ICA/UFMG

Montes Claros-MG, 6 de dezembro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Gomes de Melo, Professora do Magistério Superior**, em 11/12/2023, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Vieira Lima, Membro de comissão**, em 11/12/2023, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2850644** e o código CRC **63D17827**.

---

**Este documento deve ser editado apenas pelo Orientador e deve ser assinado eletronicamente por todos os membros da banca.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

### **ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA / TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

Aos 06 dias do mês de dezembro de 2023, às 19 h 00 min, o/a estudante Oliveira Márcio Marques, matrícula 2014075403, defendeu o Trabalho intitulado "Primórdios do Ensino de Administração no Brasil Pós-Segunda Guerra Mundial" tendo obtido a média (90,00 noventa pontos) .

Participaram da banca examinadora os abaixo indicados, que, por nada mais terem a declarar, assinam eletronicamente a presente ata.

**Nota:** 90,00 (noventa pontos)

**Orientador(a):** Helder dos Anjos Augusto

**Nota:** digitar a nota em numeral (escrever a nota por extenso)

**Coorientador(a), se houver:** nome completo do coorientador

**Nota:** 90,00 (noventa pontos)

**Examinador(a):** Ana Paula Gomes de Melo

**Nota:** 90,00 (noventa pontos)

**Examinador(a):** Luciano Vieira Lima

**Nota:** digitar a nota em numeral (escrever a nota por extenso)

**Examinador(a):** nome completo do examinador



Documento assinado eletronicamente por **Helder dos Anjos Augusto, Diretor(a)**, em 09/12/2023, às 08:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

À minha Família, que me incentivou nos momentos difíceis e compreendeu a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos professores, por todos os conselhos e ensinamentos, pela ajuda e paciência com a qual guiaram o meu aprendizado, especialmente o Professor Helder Augusto dos Anjos, que me orientou e apoiou na realização deste trabalho.

Aos Técnicos Administrativos pelo suporte e apoio, aos porteiros, seguranças, serviços gerais e demais trabalhadores que sempre me acolheram com carinho.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

Ao Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, essencial no meu processo de formação, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

## RESUMO

No Pós Segunda Guerra Mundial, pôde-se observar uma intensa batalha entre duas grandes potências econômicas e bélicas, a fim de evidenciar ao resto do mundo, como seu modelo econômico/institucional (por um lado o capitalismo estadunidense e, do outro lado, o socialismo soviético) deveria ser visto como superior. Nesta competição, estas potências buscaram traduzir seu modelo institucional nos países em desenvolvimento. O Brasil, nesse sentido, foi influenciado pelos Estados Unidos, de forma que seu modelo institucional, por exemplo, pôde ser observado na estrutura departamental de organizações formais de ensino superior. Para que isso se consolidasse, a Administração, enquanto ciência que busca a racionalização dos processos burocráticos, foi fundamental para o sucesso da empreitada norte americana. Aqui, a criação e implementação de cursos superiores em Administração, por um lado, foi importante para o desenvolvimento nacional, ao proporcionar qualificação profissional, especialmente para a Administração Pública; por outro lado, foi instrumento de consolidação da hegemonia estadunidense no desenvolvimento científico nacional. Diante disso, este trabalho de conclusão de curso objetiva analisar como ocorreram as principais iniciativas de estruturação do ensino de Administração no Brasil entre a segunda metade da década de 1940 e 1959 (momento de consolidação do *management*), por meio da revisão de textos científicos que tratam da trajetória da educação superior nacional e da trajetória do ensino de Administração, buscando a interlocução entre os acontecimentos que impactaram na formação do campo de ensino da Administração.

**Palavras-chave:** ensino de Administração; *management*; trajetória da Administração brasileira.

## **ABSTRACT**

*After World War II, an intense battle between two major economic and military powers could be observed, aiming to showcase to the rest of the world how their economic/institutional model (on one side, American capitalism, and on the other, Soviet socialism) should be seen as superior. In this competition, these powers sought to translate their institutional model into developing countries. In this sense, Brazil was influenced by the United States, and its institutional model, for example, could be observed in the departmental structure of formal higher education organizations. To consolidate this, Administration, as a science seeking the rationalization of bureaucratic processes, was crucial for the success of the American endeavor. The creation and implementation of higher education courses in Administration were important for national development, providing professional qualification, especially for public administration. On the other hand, it was an instrument for the consolidation of American hegemony in national scientific development. Therefore, this undergraduate thesis aims to analyze how the main initiatives for structuring the teaching of Administration in Brazil occurred between the second half of the 1940s and 1959 (a period of consolidation of management). This will be done through the review of scientific texts dealing with the trajectory of national higher education and the trajectory of Administration teaching, seeking the interconnection between events that impacted the formation of the Administration teaching field.*

**Keywords:** *Business teaching; management; Brazilian administration trajectory.*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMBEU	Comissão Mista Entre Brasileiros E Estadunidenses
DASP	Departamento de Administração do Setor Público
DASP	Departamento de Administração do Setor Público
EAESP	Escolas de Administração de Empresas de São Paulo
EAUFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
EUA	Estados Unidos da América
FACE	Faculdade de Ciências Econômicas
FCE	Faculdade de Ciências Econômicas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IDORT	Instituto Organizacional Racional do Trabalho
IES	Instituição de Ensino Superior
II GM	Segunda Guerra Mundial
UFBA	Universidades Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Linha do tempo da institucionalização da Administração científica no Brasil.....21

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1	Contextualização .....	12
1.2	Problema, objetivo e estrutura do trabalho .....	14
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL NO PÓS II GM: 1945 A 1959 .....</b>	<b>16</b>
3.1	As primeiras mudanças institucionais: o ensino de administração como ferramenta de consolidação do modelo institucional norte americano.....	16
3.2	O início da institucionalização de cursos formais de administração no Brasil .....	18
<b>4</b>	<b>DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

As transformações econômicas decorrentes da expansão do capitalismo a partir da segunda metade do século XIX, incitavam mecanismos cada vez mais sofisticados para a gestão das organizações. No início do século XX, então, a Administração começou a ser tratada cientificamente (COLTRO, 2015), embora ainda existam entendimentos que a Administração não é ciência, mas arte (MATTOS, 2009). Embora não haja um consenso acerca da gênese dos estudos sobre negócios (há quem defenda seu nascimento na França, enquanto há quem credite o surgimento aos EUA), sabemos que foram os Estados Unidos da América (EUA) no início do século XX, a incorporarem a Administração às universidades, como disciplina adjacente à economia (BERTERO, 2006).

A partir de então, a enérgica expansão do capitalismo do século XX, passou a se amparar cada vez mais na Administração enquanto ciência, visto que, os gestores das empresas viam seus empreendimentos crescerem devido à entrada de capitais externos em suas operações, aumentando cada vez mais a complexidade da gestão (COLTRO, 2015). Aqui, observo que contextos específicos, incitam formas particulares de fazer Administração. Assim, no final da Segunda Guerra Mundial (II GM), no contexto da Guerra-Fria que emergia na segunda metade da década de 1940, nasceu um tipo de Administração (também no seio acadêmico) que prezava pela eficiência, eficácia, melhoria de resultados e neutralidade política, impulsionada pelos ideários estadunidenses (ALCADIPANI; BERTERO, 2012).

O chamado *Management*, teve impacto no ensino de Administração no Ocidente, sobretudo nos países que se alinhavam aos interesses econômicos, políticos e ideológicos dos EUA (como foi o caso do Brasil). Seja na Europa ou nos EUA, a Administração que, outrora nascera em escolas de comércio, expandiu-se por meio da influência política, econômica e militar norte-americana (ALCADIPANI; CALDAS, 2012).

O crescimento do ensino de administração coincide com o aumento da importância dos Estados Unidos no século XX, onde se consolida como superpotência. Este fato tem importância, especialmente para a área de administração de empresas na medida em que, o [...] *management*, é visto como em grande parte uma criação norte americana [*sic*] (BERTERO, 2006, p. 5).

Durante a Guerra-Fria, os EUA dedicavam-se à luta antissocialista (o socialismo era representado pelo bloco da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e de seus aliados), estendendo sobre as demais nações sua influência (sobretudo ideológica) “valendo-

se de maneira especial de agências como a *United States Agency for International Development* (USAID), a Fundação Ford, o Instituto Rockefeller, a Fundação Carnegie e do Programa de Recuperação Europeia, conhecido por Plano Marshall” (BARROS; CARRIERI, 2013, p. 259). Esse último, incluía a importância da disseminação das abordagens administrativas e dos modelos institucionais norte-americanos aos demais países. Foi assim, que em decorrência da influência norte-americana na América Latina, que os EUA começaram a exportar para o Brasil, seus saberes administrativos e suas formas institucionais.

A educação administrativa do Brasil teve sua fundação ainda no início do século XX, com a criação da Escola Armando Álvares Penteado, no Rio de Janeiro, da Academia de Comércio em São Paulo, da Escola de Comércio da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Essas instituições nasceram em resposta à demanda do setor produtivo fabril que crescia e necessitava de pessoal qualificado para os negócios, sobretudo no Sudeste e no Sul do país. A partir de então, a administração começou a ser desenvolvida profissionalmente no país.

Anos mais tarde, na década de 1930, o Instituto Organizacional Racional do Trabalho (IDORT), em São Paulo, iniciou suas atividades, com o intuito de ofertar ensino de métodos administrativos mais sofisticados, que pudessem assegurar ganhos gerenciais às empresas (MAGALHÃES; JARAMILLO; PATRUS, 2014). Embora importantes para a história do ensino de Administração no Brasil, essas escolas não foram representativas para a disseminação do ensino de Administração por aqui, frente às necessidades do setor industrial que despontara, sobretudo, a partir da década de 1930.

No Governo Vargas, houve a criação do Departamento de Administração do Setor Público (DASP), que objetivava amparar a modernização do Estado. Em 1944, esse departamento se tornaria a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que, em certa medida, demarca o início do ensino de Administração no país, por ser a porta de entrada para a importação dos saberes administrativos estadunidenses ao Brasil. Isso ocorreu pela ampla atuação dessa Instituição de Ensino Superior (IES) nas tratativas de acordos entre o Brasil e os Estados Unidos. Especialmente, remeto-me ao Ponto IV, um programa de Estado norte-americano, que difundia o discurso de garantir a prosperidade dos países em desenvolvimento, mas que, por outro lado,

pretendia propagar o sistema cultural e social dos EUA por meio da disseminação de conhecimento e técnicas que permitiram seu funcionamento. Os programas de capacitação técnica eram importantes para os EUA ao disseminar uma economia de mercado, visto que esses poderiam ser controlados, pois os técnicos eram provenientes de universidades e centros de pesquisa dos EUA, não eram onerosos e,

ainda, auxiliavam na prospecção de novos negócios para as empresas norte-americanas (ALCADIPANI; BERTERO, 2012, p. 287).

Assim, é nesse contexto, em meados da segunda metade da década de 1940, que a educação superior em Administração no Brasil tem seu início demarcado. Tão logo, neste ensaio, dedico-me a analisar como ocorreram as principais iniciativas de estruturação do ensino de Administração no Brasil entre a segunda metade da década de 1940 e 1959. Sobre esse ponto, Fischer, Waiandt e Fonseca (2011, p. 917), explicam que a história do ensino de administração, “resgata material teórico-metodológico na produção da historiografia da educação para desvendar as trajetórias de ensino, bem como descortinar a contribuição da história do ensino na construção da área da administração”.

## **1.2 Problema, objetivo e estrutura do trabalho**

Diante do contexto exposto, questiona-se: em que medida os eventos históricos nos primórdios de criação do curso de administração no Brasil, impactaram em sua estruturação e consolidação? Com base neste questionamento, busca-se neste trabalho, **revisar alguns textos científicos que tratam da trajetória da educação superior nacional** (por exemplo, MARTINS, 2002; FÁVERO, 2006; MARTINS, 2009; MORAES, 2015) **e da trajetória do ensino de Administração** (por exemplo, BARRETO, 1999; ALCADIPANI; BERTERO, 2012; ALCADIPANI; CALDAS, 2012; BARROS; CARRIERI, 2013; ALCADIPANI; BERTERO, 2014; BARROS, 2014; BARROS; ALCADIPANI; BERTERO, 2018; BERTERO; BARROS; ALCADIPANI, 2019), **procurando a interlocução entre os acontecimentos que impactaram na formação do campo de ensino da Administração.**

Ademais, exemplifica-se algumas implicações das transformações econômicas, políticas e sociais sobre o ensino de Administração, por meio de historiografias relatadas por autores nacionais. Salienta-se, por outro lado, que não se pretende, em hipótese alguma, tentar realizar um panorama completo da história de formação da educação administrativa no Brasil, visto que, para tal, seria necessário obra mais extensa e profunda.

Este ensaio, além da presente introdução, possui outras três seções – com suas respectivas subseções –, a saber, a metodologia, os primórdios do ensino de Administração no Brasil após a Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1950; e, finalmente, as discussões e considerações finais, em que serão tecidas algumas reflexões sobre o assunto e sugeridas possibilidades de pesquisa neste tema.

## 2 METODOLOGIA

Este trabalho abordou o problema de pesquisa de forma qualitativa. Tal abordagem se mostra suficiente, frente a necessidade de se dialogar de forma teórica as questões aqui discutidas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quanto ao procedimento adotado, este trabalho se fundamenta em conteúdos bibliográficos, a partir dos quais, após profunda revisão, foram sistematizados de forma cronológica.

Para tanto, este trabalho se caracteriza como um ensaio teórico. Um ensaio teórico é um tipo de estudo que se concentra na análise e interpretação de documentos escritos sobre um tema específico. Diferentemente de pesquisas empíricas que coletam dados diretamente da observação ou experimentação, ensaios teóricos são baseados na revisão crítica e na síntese de teorias existentes, conceitos e pesquisas anteriores (MENEGETI, 2011).

Este tipo de trabalho é importante no desenvolvimento do conhecimento científico de uma área específica, porque ajuda a organizar e integrar elementos conceituais, identificar lacunas nas teorias existentes a fim de que possam ser complementadas, além de propor novas abordagens, não necessariamente antagônicas às existentes. O autor supracitado explica que a qualidade de um ensaio depende de sua organização, profundidade na revisão dos textos, originalidade na síntese das ideias presentes em outros documentos, para que, assim, possa haver um desenvolvimento teórico que contribua com o campo.

É importante salientar que, embora não haja uma busca sistemática dos documentos revisados, eles não foram escolhidos de forma aleatória. Para que um conjunto de textos pudesse ser escolhido, foram elencados alguns critérios, a saber: artigos científicos publicados em periódicos nacionais, que relatassem de forma histórica os acontecimentos relativos à criação de cursos de administração pelo Brasil, entre o início da década de 1940 e o final da década de 1950.

Os documentos escolhidos, finalmente, compuseram as discussões apresentadas nas seções que seguem. Vale destacar que os conteúdos foram sistematizados de forma cronológica, a fim de que os eventos que impactaram na estruturação da educação administrativa no Brasil, pudessem ser evidenciados de forma histórica. A adoção desta estrutura permite o registro de acontecimentos de forma a assegurar a melhor compreensão por parte do leitor.

### **3 ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL NO PÓS II GM: 1945 A 1959**

#### **3.1 As primeiras mudanças institucionais: o ensino de administração como ferramenta de consolidação do modelo institucional norte americano**

À medida em que os países participantes iniciavam suas trajetórias de reestruturação no Pós II GM, ficou claro que as economias dependeriam cada vez mais de técnicas especializadas de gestão empresarial, pelas quais, os gestores poderiam planejar, organizar, dirigir e controlar os processos produtivos. Assim, sobretudo o setor industrial, precisava de mão de obra qualificada, para assegurar a sobrevivência das empresas.

Aqui, uma ressalva importante precisa ser feita, visto que neste ponto da história, a especialização e a divisão do trabalho, bem como, a mudança de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial, chegaram ao seu ápice. Tão logo, um ensino formal de Administração era necessário, visto que esta disciplina tinha o papel de convergir as atividades empresariais em prol de um contexto institucional mais amplo e em constante mudança, além de garantir a sobrevivência das organizações em um ambiente que se tornaria cada vez mais complexo.

Embora esta seção se dedique a tratar dos acontecimentos Pós II GM, acredita-se que seja necessária uma ambientação acerca do que ocorrera anos antes no país e que, certamente, impactou na formação do ensino de Administração no Brasil. No Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a modernização do Estado foi acompanhada de uma reformulação das instituições e de um detalhamento da legislação. O próprio governo via a necessidade de se institucionalizar o ensino de Administração no país, de forma a assegurar a formação de profissionais que pudessem atender às suas necessidades.

Assim, no ano de 1931, o então Ministério da Educação e Saúde Pública, sugeriu um curso de Administração e Finanças, que dispunha de uma grade curricular que abordava disciplinas concernentes à Administração Pública e de Empresas, bem como, Economia, Sociologia e Política e Direito (COELHO; NICOLINI, 2014). No entanto, a ênfase nas disciplinas de Direito, demandada, sobretudo, pelas mudanças institucionais do país, tornava o curso menos atraente aos interessados em seguir uma carreira administrativa, do que a vertente estadunidense que despontava internacionalmente, e já era adotado em algumas escolas nacionais.

No ensino superior de administração, o resultado desses intentos [... foi] a subsistência do desprestigiado curso superior de Administração e Finanças até 1945, o qual era ofertado em alguns estabelecimentos privados que não passavam de extensões das escolas de comércio, ainda que tivessem, muitas vezes, o nome de

‘faculdade’. Decerto, as deformidades curriculares do curso e o seu status não universitário corroborariam para o difícil reconhecimento social da formação acadêmica em administração naquele momento. Nessas circunstâncias, alguns empreendimentos autônomos com planos inovadores foram postos em prática. No ensino de administração de empresas, salienta-se a fundação da Escola Superior de Administração de Negócios (Esan) no município de São Paulo em 1941, inspirada no curso da *Graduate School of Business Administration* da Universidade de Harvard (COELHO, 2019, p. 31-32).

As chamadas *Business Schools* se destacavam cada vez mais no contexto norte-americano e nos países do Ocidente. O ensino e a pesquisa no campo da Administração passavam a ser financiados de forma cada vez mais ávida por fundações ligadas às grandes corporações (como é o caso da *Ford Foundation*) que observavam a necessidade de incluir na gestão empresarial, indivíduos com qualificação formal que pudessem garantir o aumento produtivo das empresas. Diante do desempenho das organizações norte-americanas, o modelo de ensino de Administração era visto como “exemplar”, pelos países do ocidente que também buscavam se desenvolver (OLIVEIRA; LOURENÇO; CASTRO, 2015).

O interesse dos EUA pelo Brasil era claro, visto que este último poderia se tornar um centro de difusão do *Management* para os demais países da América Latina. É importante destacar que, na segunda metade da década de 1940, o Brasil saía do Estado Novo e passava a reestruturar sua democracia. Tão logo, era necessária uma reestruturação das instituições nacionais. Dessa forma, o governo nacional entendia que era por meio da implementação de cursos superiores de Administração Pública, seria possível a profissionalização da gestão pública nacional.

Desde [o início d]a década de 1950, vários acordos foram assinados entre os governos do Brasil e dos EUA, com a finalidade de promover, direta ou indiretamente, a cooperação cultural entre os dois países. No entanto, apesar da importância e significação histórica desses acordos, foram aqueles relativos à assessoria para planejamento do sistema de ensino, [...] que representaram o clímax das discussões em torno da colaboração técnica Brasil-Estados Unidos no âmbito da educação (FGV, 2021).

Assim, ainda no final da década de 1940, uma comissão mista entre brasileiros e estadunidenses (CMBEU), comandada por John Abbink, foi criada a fim de que o Brasil pudesse estabelecer uma agenda de desenvolvimento, que na verdade, se traduzia, em linhas gerais, em uma expansão industrial e em crescimento econômico. Os técnicos brasileiros eram comandados por Otávio Gouveia de Bulhões e, juntamente com Abbink e mais 10 técnicos norte-americanos, apresentaram um relatório ao então ministro da Fazenda, Pedro Luís Correia e Castro.

O relatório concluía que o desenvolvimento nacional deveria se amparar na iniciativa privada, com a mínima intervenção do Estado na economia, devendo este, agir apenas como um coordenador das atividades econômicas. Para isso, era necessária uma Administração formal e profissional, que pudesse auxiliar a gestão das organizações. Com isso, ficou estabelecido o intercâmbio de professores e consultores norte-americanos, a fim de assistir os profissionais nacionais na criação de cursos de Administração Pública e de Empresas.

No entanto, no início dos anos 50, as relações entre os dois países começaram a ficar tensas, porque os EUA queriam que o Brasil se contentasse apenas com apoios técnicos em áreas específicas de seu interesse. Conforme Haines (1989, p. 115), citado por Barros e Carrieri (2013, p. 260), os EUA queriam apenas “guiar e controlar o desenvolvimento industrial brasileiro a fim de beneficiar as corporações dos Estados Unidos e adequar o Brasil aos seus próprios planos regionais”. Nesse contexto de cooperação técnica, no entanto, o país precisava de outros recursos para financiar seu desenvolvimento.

Os EUA, por outro lado, não se mostraram interessados em realizar empréstimos ao governo nacional. Eles desejavam que a iniciativa privada fosse priorizada e despontasse como a base de desenvolvimento do país. Para tanto, a *United States Agency for International Development* (USAID), responsável pela interlocução como o Ministério da Educação e Saúde Pública (conforme nomenclatura da época), sugeria que as escolas de negócios deveriam ser um pilar de promoção das empresas privadas em território nacional. Contudo, entende-se que o posicionamento norte-americano, trazia como pano de fundo, a ideia de disseminação dos seus pressupostos ideológicos, por meio do ensino americanizado de Administração.

### **3.2 O início da institucionalização de cursos formais de administração no Brasil**

Harry Truman ao assumir o governo dos EUA em 1949, já incitava em seu discurso de posse que a prosperidade e a paz só viriam por meio de uma grande produção, de tal forma que esta só é possível por meio da aplicação de técnicas e conhecimentos científicos modernos. O governo Truman alegava que era necessária a participação dos EUA na estruturação econômica dos países em desenvolvimento, sob a premissa de que o crescimento econômico e a industrialização desses países, lhes trariam paz e prosperidade. No entanto, por trás desse pressuposto, havia a incessante luta contra o socialismo defendido pela URSS.

Então, esse governo buscou aumentar sua influência sobre os países da América Latina, por meio da cooperação técnica internacional. Para tal, Truman propunha o Programa

de Cooperação Técnica Ponto IV. Por aqui, esse programa propunha (dentre outras propostas) criar cursos de Administração, enviar professores estrangeiros ao território nacional e qualificar professores brasileiros nos EUA. O acordo envolvia, inicialmente, além das Escolas de Administração de Empresas (EAESP) e Administração Pública (EBAP), ligadas à Fundação Getúlio Vargas, as Universidades da Bahia (hoje UFBA), Rio Grande do Sul (hoje UFRGS), Pernambuco (hoje UFPE) e Minas Gerais (hoje UFMG) (BARROS; CARRIERI, 2013).

Em 1944, profissionais do Departamento de Administração do Setor Público (DASP) (que tinha por objetivo amparar a modernização do Estado ainda no Governo Vargas), foram enviados aos EUA para se qualificarem e atenderem às necessidades do governo da gestão local. Naquele ano, esse departamento se tornaria a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esse grupo ao retornar, no ano de 1952, contribuiu com a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP, conforme sigla da época) no Rio de Janeiro. Conforme sugere o nome, a EBAP buscava formar profissionais especializados para a administração do Estado (MAGALHÃES; JARAMILLO; PATRUS, 2014).

Naquele mesmo ano, na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da UFMG, os cursos de Administração Pública e o de Sociologia e Política foram implantados, com execução coligada. O curso de Administração Pública foi criado aos moldes que foram implementados pela Fundação Getúlio Vargas, com o intuito de formar profissionais de nível superior que atendessem as demandas administrativas federais, estaduais e municipais. À exemplo do que acontecera em outras IES, os docentes da FACE receberam ofertas de bolsas de estudos em universidades americanas para aperfeiçoamento. No entanto, os professores não aceitaram. O interesse inicial era o de trazer um professor estrangeiro que pudesse contribuir com a criação de um Departamento de Administração Pública na FACE. Em decorrência do acordo de cooperação entre o Brasil e os EUA, o professor Elwyn A. Mauck chegou à instituição em meados de 1953 (BARROS, 2014).

No ano de 1954 foi criada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EASP), ligada à FGV.

A EAESP contou com a presença de uma missão de professores norte-americanos que conduziu a sua criação e o seu desenvolvimento [...]. A importância da escola verifica-se na medida em que ela serviu de modelo para os cursos de Administração da Universidade Federal da Bahia, do Rio Grande do Sul, mais diretamente, e, ainda, como constante inspiração para os cursos da Universidade de São Paulo [...], da Universidade Federal de Minas Gerais e tantos outros no Brasil e na América Latina (ALCADIPANI; BERTERO, 2014, p. 155).

Na realidade, o Ponto IV usou a EAESP como base para fornecer apoio para a criação de escolas de administração (dar assistência técnica) no Nordeste (UFBA) e Sul do Brasil (UFRGS). Houve tentativas em Minas Gerais, porém a UFMG rejeitou o contrato. O Ponto IV financiou seminários a respeito de administração em Belo Horizonte (1954), na Federação das Indústrias de Minas Gerais. A universidade do Pará solicitou professor para um seminário e a Universidade Federal do Ceará foi visitada para ser incluída no programa. O Ponto IV e a missão norte-americana queriam transformar a escola em um centro nacional de treinamento, algo que parcialmente aconteceu (ALCADIPANI; BERTERO, 2012, p. 293)

A história da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA) se entrelaça aos marcos do desenvolvimento político, crescimento econômico e reformulação administrativa do Brasil e, sobretudo, no Nordeste. Barreto (1999) explica que no final da década de 1950, quando os cursos de graduação em Administração de Empresas e Administração Pública foram criados, os ingressantes deveriam cursar por dois anos um conjunto de disciplinas comuns a ambos os cursos, ao passo que, durante esse processo, os professores se capacitariam por meio dos programas de mestrado em universidades americanas, para que então, ao retornarem ao Brasil, pudessem lecionar as disciplinas especializadas de cada área..

Ainda em 1950, após a federalização da Universidade do Rio Grande do Sul, foi institucionalizada a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE). No entanto, a faculdade já existia desde 1909, ainda como escola de comércio. Por isso, sua adesão ao programa de cooperação técnica pode ser considerada como distinta às demais IES. Isso porque, a criação do curso de Administração em 1958, recebeu amparo de professores das ciências econômicas, atuariais e contábeis (mesmo com algumas manifestações contrárias), o que ajudou na sua rápida institucionalização (BARROS; ALCADIPANI; BERTERO, 2018).

No entanto, precisa-se destacar que este período (entre a segunda metade da década de 1940 e a primeira metade da década de 1960)

assistiu à luta do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação [*sic*] da eliminação do setor privado por absorção pública. Estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, mas em especial a da universidade. As principais críticas ao modelo universitário eram: a instituição da cátedra, a compartimentalização devida ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931 (que resistiam à adequação e mantinham a autonomia), e o caráter elitista da universidade (MARTINS, 2002, p. 5).

Nesse contexto, no acordo ora estabelecido com as Instituições de Ensino Superior (IES) mencionadas, a UFPE e a UFMG declinaram do consenso. A primeira, em decorrência dos movimentos estudantil e docente, que se opunha à presença dos estadunidenses em

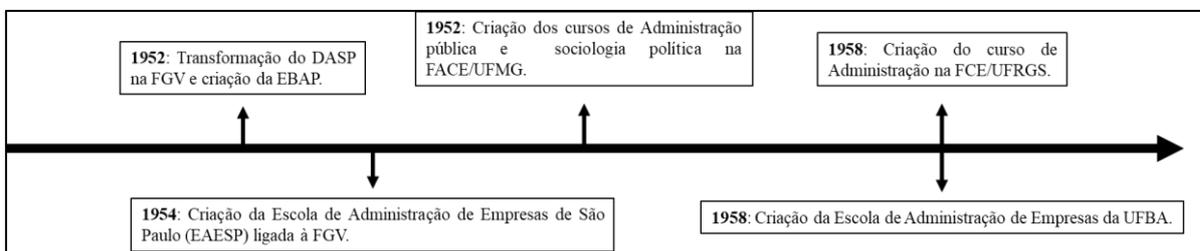
território nacional. Já a segunda, alegou que nos documentos que estabeleciam a parceria, havia uma forte inclinação da FACE à subordinação à FGV, que serviria como um centro nacional para a disseminação do *management* para outras escolas.

Outra forte razão para o declínio da UFMG, segundo Barros (2014), pode ter sido a resistência do corpo discente, que exercia pressão contrária ao acordo, visto que poderia conceder um canal institucional de influência estadunidense na instituição, especialmente, porque no contexto da guerra fria, os EUA buscavam “disseminar o modelo de ensino em Administração como arma ideológica [...]” (BARROS, 2014, p. 18).

O papel dos movimentos estudantis foi importante na desvinculação da ideologia estadunidense nos cursos da UFPE e da UFMG. Especialmente no segundo caso, o curso de Administração Pública foi inicialmente criado concomitantemente ao curso de Sociologia e Política que, em linhas gerais, buscava criar um pensamento reflexivo em seus estudantes, os fazendo questionar a supremacia política, econômica e ideológica das superpotências mundiais (BARROS, 2014). Esse tipo de reflexão era um empecilho para a disseminação do *Management*, que se preocupava, especialmente, com a garantia da supremacia norte-americana (ALCADIPANI; CALDAS, 2012).

De forma sumária, o que se tem foram experiências de institucionalização de cursos formais de Administração no país que, conforme explicitado pela literatura científica, ocorreram de forma descentralizada, o que pode evidenciar ainda mais a necessidade de ampliação do sistema institucional norte-americano no Brasil, em todas as suas áreas geográficas. A linha do tempo de tais experiências, pode ser observada na figura 1, abaixo.

**Figura 1 – Linha do tempo da institucionalização da Administração científica no Brasil.**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

#### 4 DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não resta dúvidas de que em sua criação, o ensino de Administração no Brasil fora amplamente influenciado pelas doutrinas administrativas estadunidenses. Por exemplo, na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV, inicialmente, o ensino era ofertado por professores estadunidenses, o currículo era similar ao das escolas de negócios norte-americanas e, inclusive, as metodologias de ensino se aproximavam com as utilizadas nas escolas de Administração dos EUA (ALCADIPANI; BERTERNO, 2014). No caso baiano, os professores receberam qualificação nos EUA para que pudessem implementar práticas inovativas de ensino e conhecimentos especializados em território nacional (BARRETO, 1999).

Mesmo declinando do acordo de cooperação técnica, o caso da UFMG não se distancia dos demais. A criação dos cursos de Administração Pública e de Administração de Empresas, foi delineada aos moldes dos saberes administrativos trazidos por um consultor estadunidense. Com a falta de quadros para a docência no curso de Administração de Empresas, a FACE se “rendeu” a um *continuum* de parcerias entre com a FGV e a Universidade do Estado de Michigan. Barros (2014) alega que essas parcerias reiteram a incorporação do modelo de ensino estadunidense que, na época, foi implementado de forma vertical em um contexto em que a administração local era empirista e carecia de sofisticação teórica.

Diante do exposto, fica claro que o ensino de Administração no Brasil vinha se configurando como uma ferramenta para extensão da ideologia estadunidense na América Latina. O contexto de expansão industrial e crescimento econômico dos anos 50, impulsionou ainda mais a proliferação de escolas e cursos de Administração no país. Entendo que por trás da introdução da Administração científica no Brasil, havia uma crença de que ela seria capaz de auxiliar os agentes econômicos e sociais a alcançarem a prosperidade nacional.

Essa prosperidade, em linhas gerais, se traduzia em crescimento econômico. Isso evidencia uma grave miopia dos gestores públicos nacionais daquela época. O que quero dizer com isso, é que ao observarem a ampla expansão econômica dos EUA, os gestores públicos nacionais possivelmente entendiam que a prosperidade nacional se daria, quando o país se tornasse similar aos EUA. Caso esse pressuposto se configure, fica claro que a política externa dos EUA se sagrou frente aos interesses públicos nacionais.

No que diz respeito às mudanças na educação superior nacional, na década de 1950 houve um movimento de modernização das universidades em decorrência da expansão industrial no país (FÁVERO, 2006). Esse movimento de modernização tomou grandes proporções na década seguinte, sobretudo, a partir do golpe militar de 1964. No regime militar, houve a corrida pela reestruturação das universidades brasileiras que, em certa medida, incitaram mudanças curriculares que impactaram o ensino de Administração.

Embora eu trate mais exclusivamente acerca dos acontecimentos das décadas de 1940 e 1950, para exemplificar as implicações dessas transformações ocorridas, remeto-me ao que sugere Fávero (2006), sobre a importância dos movimentos estudantis nas reformas institucionais que viriam a se configurar nos anos 60. A União Nacional dos Estudantes (UNE) incluía à questão da reforma universitária, a ideia de que modificações nesse sentido, deveriam vir atreladas a reformas de base. No entanto, no ano de 1964, o regime militar “desmantelou o movimento estudantil e manteve sob vigilância as universidades públicas, encaradas como focos de subversão, ocorrendo em consequência [*sic*] o expurgo de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado” (MARTINS, 2002, p. 5).

O governo do General Castelo Branco entendia que de fato era necessária uma reestruturação das universidades brasileiras. Para tal, ele contratou o professor estadunidense Rudolph P. Atcon, a fim de que este pudesse realizar um diagnóstico da universidade no país.

Ao longo de quatro meses, Atcon visitou doze universidades brasileiras [...]. O professor Atcon sugeriu para todas elas uma reformulação do sistema administrativo, que lhes concedeu um caráter gerencial. O resultado desse estudo foi publicado em 1966 pelo Ministério da Educação e Cultura, com o seguinte título: *Rumo à reformulação estrutural da Universidade Brasileira* (PINA, 2011, p. 12, destaque no original).

Embora o reajuste neoliberal, em substituição ao chamado Estado de Bem-Estar Social só tenha se consolidado no Brasil no início da década de 1990 (SGUISSARDI, 2015), na década de 1960, os mesmos pressupostos já se faziam presentes. Alego isso porque, em linhas gerais, o plano Atcon apontava que o sistema catedrático deveria ser abandonado e que as IES brasileiras deveriam adotar o sistema organizacional departamental. Essa nova estrutura administrativa, conforme sugere Fávero (2006), era vista como imprescindível para que as universidades pudessem aumentar seu “rendimento” e “eficiência”.

Não há surpresas, portanto, quando analisamos que, entre as visitas realizadas pelos professores e consultores norte-americanos às universidades brasileiras, foi constatado que as

IES mais próximas de serem reestruturadas (como a Universidade do Pará, por exemplo) eram aquelas que já haviam se distanciado do sistema catedrático e estavam próximas de adotarem o sistema departamental.

Essa configuração organizacional expressa uma incorporação da forma da burocracia empresarial que, até aquele ponto da história, já se estendia também nos organismos públicos. Entendo que a departamentalização universitária evidencia a introdução da lógica da divisão do trabalho no contexto da educação superior. Com isso, a Administração que, nas organizações empresariais possui a responsabilidade de convergir as diversas atividades especializadas, em prol de um objetivo mais amplo, agora, nas universidades, desempenha um papel de descaracterização do ensino, incorporando nos sistemas organizacionais (e por que não dizer nas práticas pedagógicas?) uma ideologia que amplia a influência dos EUA sobre o Brasil.

Argumento que essa mesma lógica introduzida na gestão universitária, existia nas bases de formação dos cursos de Administração daquela época. Por exemplo, Magalhães, Jaramillo e Patrus (2014, p. 5, destaque meu) argumentam que existem duas orientações epistemológicas que norteiam os cursos de Administração no Brasil, em que

o foco de preocupação da gestão dos cursos [vem] recaindo ora em **formar administradores aptos a responder às demandas do mundo do trabalho, ora na busca de uma formação integral e política**: na primeira, observa-se uma gestão estruturada para formar profissionais com competências demandadas pelo mercado de trabalho, sendo que, em outra direção, há uma escolha clara por uma gestão da prática educativa orientada por uma formação prioritariamente crítica.

Dessa forma, considero, finalmente, que inicialmente o curso de Administração no Brasil, se caracteriza pela falta de identidade, em que a incorporação dos pressupostos ideológicos dos EUA, tornaram-no inclinado à formação gerencialista e acrítica. Com isso, a formação humana e ética, em que são tratados os impactos das ações dos gestores no ambiente de trabalho, não recebiam atenção. O que se desejava eram profissionais com habilidades técnicas, que auxiliariam as empresas a se tornarem mais lucrativas.

Observo que em um breve texto como este, não há como tratar de todos os aspectos concernentes à formação administrativa, mesmo com o recorte temporal escolhido. Por isso, saliento que outros estudos poderiam ser realizados, considerando, por exemplo, os conteúdos curriculares que eram propostos aos cursos de Administração nas décadas de 1940 e 1950; como os primórdios dos cursos de Administração impactaram na atual estrutura dos cursos existentes; como ocorreram as transformações neste curso, em especial, durante o regime

militar e na década de 1990, em que os pressupostos neoliberais se tornaram mais proeminentes no Brasil.

Como oportunidade de estudos futuros, poderia ser realizada uma análise mais pontual de cursos de Administração mais jovens, comparativamente aos postulados dos primórdios da implementação de cursos de Administração no Brasil, a fim de se verificar se este campo permanece como instrumento de consolidação ideológica ou se vem se configurando como potencial emancipador. Por exemplo, o curso de graduação em administração do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, completa 14 anos, sendo, portanto, objeto de estudo historiográfico de interesse futuro.

## REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra Fria e o ensino do Management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **Revista Administração de Empresas**, v. 52, n. 3, p. 284–299, 2012. DOI: 10.1590/S0034-75902012000300002

\_\_\_\_\_. Uma escola Norte-Americana no Ultramar?: uma historiografia da EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 2, p. 154–469, 2014. DOI: 10.1590/s0034-759020140204

ALCADIPANI, R.; CALDAS, M. P. Americanizing Brazilian management. **Critical Perspectives on International Business**, v. 8, n. 1, p. 37–55, 2012. DOI: 10.1108/17422041211197558

ALPERSTEDT, G. D.; MORAES, M. C. B.; PIRES, P. K. Ensino Superior em Administração no Brasil: Limites e Possibilidades em Busca de uma Visão mais Sustentável de Mundo. V Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, Salvador, BA. **Anais... V EnEPQ**, 2015, p. 1-15.

BARRETO, O. Escola de Administração da UFBA: 40 anos de história. **Organizações & Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 9–14, 1999. DOI: 10.1590/S1984-92301999000200001

BARROS, A.; CARRIERI, A. P. Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 2, p. 256–273, 2013. DOI: 10.1590/s1679-39512013000200005

BARROS, A. Uma narrativa sobre os cursos superiores em Administração da FACE/UFMG: dos primeiros anos à sua unificação em 1968. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 1, p. 07–25, 2014. DOI: 10.1590/s1679-39512014000100003

BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 151-161, 2015.

BARROS, A.; ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. The creation of the higher education course in administration at ufrgs in 1963: A historical analysis. **RAE Revista de Administração de Empresas**, v. 58, n. 1, p. 3–15, 2018. DOI: 10.1590/S0034-759020180101

BERTERO, C. **Pesquisa e ensino em administração**. São Paulo: EAESP/FGV, 2009. 115p.

COELHO, F. S. **História do ensino de administração pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do campo de públicas**. Brasília: Enap, 2019. 164 p.

COELHO, F. S.; NICOLINI, A. M. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 2, p. 367-388, 2014. DOI: 10.1590/0034-76121597

\_\_\_\_\_. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982). **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 66, p. 403-422, 2013.

COLTRO, A. **Teoria geral da Administração**. 1 ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. 319 p.

COOK, B.; ALCADIPANI, R. Towards a global history of management education: the case of the Ford Foundation and the São Paulo School of Business Administration, Brazil. **Academy of Management Learning & Education**, v. 14, n. 4, p. 482-499, 2015.

FÁVERO, M. de L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, v. 28, n. 1976, p. 17-36, 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Acordo MEC-USAID**. FGV, 2021. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>>. Acesso em: 31 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Ponto IV**. FGV, 2021. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv>>. Acesso: 31 maio 2021.

FISCHER, T.; WAIANDT, C.; FONSECA, R. L. A história do ensino em administração: Contribuições teórico-metodológicas e uma proposta de Agenda de pesquisa. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 4, p. 911-939, 2011. DOI: 10.1590/S0034-76122011000400002

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 114 p. Disponível em: <<http://bit.ly/11Y0IHZ>>. Acesso em: 11 abr 2017.

HAINES, G. K. **The Americanization of Brazil**: a study of U.S. cold war diplomacy in the third world. Wilmington: SR Books, 1989.

MAGALHÃES, A. C.; JARAMILLO, I. D.; PATRUS, R. O Ensino de Administração no Brasil e na Colômbia: um estudo histórico comparativo. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração. **Anais... XXXVIII EnANPAD**, 2014, p. 1-13.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: Da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirurgica Brasileira**, v. 17, n. SUPPL. 3, p. 4-6, 2002. DOI: 10.1590/s0102-86502002000900001

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009. DOI: 10.1590/s0101-73302009000100002

MATTOS, P. L. C. L. "Administração é ciência ou arte?" O que podemos aprender com este mal-entendido?. **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, p. 349-360, 2009.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. **Revista de administração contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011.

MORAES, R. C. C. Expansão do ensino superior: o que isso nos ensina sobre o vínculo entre as relações sociais e as políticas de educação. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 130, p. 197–218, 2015. DOI: 10.1590/es0101-73302015144769

OLIVEIRA, A. L.; LOURENÇO, C. D. S.; CASTRO, C. C. Ensino de Administração nos EUA e no Brasil: uma análise histórica. **Pretexto**, v. 16, n. 1, p. 11-22, 2015.

SERVA, M. Epistemologia da administração no Brasil: o estado da arte. **Cadernos Ebape. Br**, v. 15, p. 741-750, 2017.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015.